

Zatix Tecnologia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da

Zatix Tecnologia S.A

Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Zatix Tecnologia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Zatix Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável de ágio com vida útil indefinida

Veja a nota 14 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

Como a auditoria endereçou esse assunto

A Companhia apresenta em seu balanço patrimonial um saldo relevante de ágio referente a aquisição da Control Loc, Rodosis, ControlSat e a CISR.

Conforme o CPC 01, a entidade deve testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida (ágio).

O teste de redução ao valor recuperável está sujeito a incertezas relacionados às premissas utilizadas na estimativa do valor recuperável, principalmente, a determinação da taxa de crescimento do LAJIDA, perpetuidade e taxa de desconto.

Devido às incertezas relacionadas às premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 possuírem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa para determinação do valor recuperável, tais como, taxa de crescimento do LAJIDA, perpetuidade e taxa de desconto, e comparamos essas premissas com informações de mercado levando em consideração nosso conhecimento sobre a Companhia e a indústria em que ela opera.

Adicionalmente, efetuamos a análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas no modelo adotado pela Companhia, assim como análise da performance atual em comparação com o orçado no ano anterior. Também avaliamos as divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitáveis os saldos do ágio, no tocante à sua recuperabilidade, no contexto das demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e da controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6


Juliana Leonam de Araujo Braga
Contadora CRC 1SP-251062/O-5

Zatix Tecnologia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.404	9.912	21.404	9.907	Fornecedores	15	21.929	23.124	21.929	23.124
Contas a receber	5	19.203	18.416	19.203	18.416	Empréstimos e financiamentos	16	16.084	23.501	16.084	23.501
Estoques	6	17.433	18.452	17.433	18.452	Debêntures a pagar	16.1	701	-	701	-
Impostos a recuperar	7	6.937	3.323	6.937	3.323	Passivos de arrendamento	17	1.189	1.098	1.189	1.098
Outras contas a receber		1.465	2.327	1.465	2.327	Salários, provisão para férias e encargos	18	7.970	6.734	7.970	6.734
Ativo não circulante mantido para venda	9	-	-	25.000	25.000	Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.073	1.195	1.073	1.934
Total do ativo circulante		<u>66.442</u>	<u>52.430</u>	<u>91.442</u>	<u>77.425</u>	Impostos a recolher	19	4.113	3.361	4.113	3.361
						Impostos e contribuições parcelados	20	4.901	3.710	5.080	3.710
						Partes relacionadas	21	-	5	-	-
Não circulante						Outras contas a pagar		-	2.990	-	2.990
Contas a receber	5	910	907	910	907	Adiantamentos de clientes		488	795	488	795
Indenizações a receber	8	11.823	10.929	11.823	10.929	Passivo relacionado ao ativo mantido para venda	22	<u>25.000</u>	<u>25.000</u>	<u>25.000</u>	<u>25.000</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	18.341	16.134	18.341	16.134	Total do passivo circulante		<u>83.448</u>	<u>91.513</u>	<u>83.627</u>	<u>92.247</u>
Depósitos judiciais	24.3	1.298	5.881	1.298	5.881						
Partes relacionadas	21	4.534	-	4.093	-	Fornecedores	15	-	1.773	-	1.773
Outras contas a receber		850	1.303	850	1.303	Empréstimos e financiamentos	16	9.747	39.679	9.747	39.679
Total do ativo realizável a longo prazo		<u>37.756</u>	<u>35.154</u>	<u>37.315</u>	<u>35.154</u>	Debêntures a pagar	16.1	57.632	-	57.632	-
						Passivos de arrendamento	17	573	1.312	573	1.312
						Impostos e contribuições parcelados	20	14.280	9.320	14.882	9.320
						Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	599	-	599	-
						Provisão para riscos	24.1	7.957	17.935	7.957	17.935
Investimentos	11	23.778	24.261	-	-	Outras contas a pagar		-	1.644	-	1.644
Imobilizado	12	29.154	26.302	29.154	26.302	Total do passivo não circulante		<u>90.788</u>	<u>71.663</u>	<u>91.390</u>	<u>71.663</u>
Direto de uso	13	1.762	2.410	1.762	2.410						
Intangível:						Patrimônio líquido					
Ágio na aquisição de investimentos	14	102.858	102.858	102.858	102.858	Capital social	25	185.104	185.104	185.104	185.104
Outros intangíveis	14	16.155	15.501	16.155	15.501	Prejuízos acumulados		(81.435)	(89.364)	(81.435)	(89.364)
Total do ativo não circulante		<u>211.463</u>	<u>206.486</u>	<u>187.244</u>	<u>182.225</u>	Total do patrimônio líquido		<u>103.669</u>	<u>95.740</u>	<u>103.669</u>	<u>95.740</u>
Total do ativo		<u>277.905</u>	<u>258.916</u>	<u>278.686</u>	<u>259.650</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>277.905</u>	<u>258.916</u>	<u>278.686</u>	<u>259.650</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zatix Tecnologia S.A.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas e serviços	27	184.314	160.723	184.314	160.723
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	28	(110.427)	(101.973)	(110.427)	(101.973)
Lucro bruto		<u>73.887</u>	<u>58.750</u>	<u>73.887</u>	<u>58.750</u>
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	28	(21.142)	(17.982)	(21.419)	(17.982)
Com vendas	28	(15.583)	(14.169)	(15.583)	(14.169)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	5	(3.116)	(3.345)	(3.116)	(3.345)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(483)	1.451	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, liquidas	28	(1.988)	892	(1.988)	3.081
Lucro operacional		<u>31.575</u>	<u>25.597</u>	<u>31.781</u>	<u>26.335</u>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	29	3.066	2.665	3.057	2.665
Despesas financeiras	29	(26.967)	(20.931)	(27.164)	(20.931)
		<u>(23.901)</u>	<u>(18.266)</u>	<u>(24.107)</u>	<u>(18.266)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>7.674</u>	<u>7.331</u>	<u>7.674</u>	<u>8.069</u>
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	10.b	(1.353)	(2.772)	(1.353)	(3.510)
Diferidos	10.b	1.608	1.350	1.608	1.350
Lucro do exercício		<u>7.929</u>	<u>5.909</u>	<u>7.929</u>	<u>5.909</u>
Lucro por ação - básico e diluído - RS	26	<u>0,151</u>	<u>0,089</u>	<u>0,151</u>	<u>0,089</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zatix Tecnologia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício	7.929	5.909	7.929	5.909
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>7.929</u>	<u>5.909</u>	<u>7.929</u>	<u>5.909</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zatix Tecnologia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>215.644</u>	<u>(95.273)</u>	<u>120.371</u>
Redução de capital mediante a redução de saldo com parte relacionada, conforme AGE de 30 de junho	21 (iii)	(20.799)	-	(20.799)
Redução de capital mediante a redução de saldo com parte relacionada, conforme AGE de 31 de dezembro	21 (iii)	(9.741)	-	(9.741)
Lucro do exercício		-	5.909	5.909
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>185.104</u>	<u>(89.364)</u>	<u>95.740</u>
Lucro do exercício		-	7.929	7.929
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>185.104</u>	<u>(81.435)</u>	<u>103.669</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zatix Tecnologia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro do exercício		7.929	5.909	7.929	5.909
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Despesas de imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	10	(255)	1.422	(255)	2.160
Depreciações e amortizações	12,13,14	11.394	11.665	11.394	11.665
Baixa de ativo imobilizado e intangível	12,14	306	26	306	26
Ajuste a valor justo	22	-	(5.970)	-	(8.160)
Provisão para obsolescência de estoques	6	2.470	2.551	2.470	2.551
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	5	3.116	3.345	3.116	3.345
Resultado de equivalência patrimonial	11	483	(1.451)	-	-
Provisão de ajuste a valor presente - clientes		205	-	205	-
Constituição de provisão para riscos	24.1	2.733	583	2.733	583
Atualização monetária sobre fornecedores	29	49	99	49	99
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	16	7.602	8.023	7.602	8.023
Juros sobre debêntures	16.1	2.690	-	2.690	-
Juros sobre passivos de arrendamento	17	21	359	21	359
Atualização monetária sobre provisão para riscos	24.1	871	389	871	389
Juros sobre crédito tributário do PIS e da COFINS	29	-	(6)	-	(6)
Atualização monetária sobre indenizações a receber	8	(539)	(225)	(539)	(225)
Juros sobre contratos com partes relacionadas - mutuo ativo	21	(843)	(719)	(843)	(719)
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	29	(36)	(30)	(36)	(30)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(4.111)	(5.954)	(4.111)	(5.954)
Estoques		(1.451)	(6.947)	(1.451)	(6.947)
Impostos a recuperar		(3.614)	1.842	(3.614)	1.842
Depósitos judiciais		33	(4.507)	33	(4.507)
Indenizações a receber		-	786	-	786
Outras contas a receber		2.091	(2.701)	2.091	(2.701)
Ativo não circulante mantido para venda		-	-	-	(2.430)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(2.989)	2.017	(2.989)	2.017
Salários, provisão para férias e encargos		1.236	(1.498)	1.236	(1.498)
Impostos e contribuições a recolher		752	808	752	808
Impostos e contribuições parcelados		6.151	3.304	6.932	3.304
Pagamento de provisão para riscos	24.1	(9.351)	(1.600)	(9.351)	(1.600)
Outras obrigações a pagar		(3.198)	1.902	(3.198)	1.903
Adiantamentos de clientes		(307)	740	(307)	740
Passivo relacionado ao ativo mantido para venda		-	(3.972)	-	(3.972)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.475)	(2.520)	(1.773)	(2.520)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	16	(7.250)	(7.849)	(7.250)	(7.849)
Pagamento de juros sobre debêntures	16.1	(2.377)	-	(2.377)	-
Pagamento de juros de passivos de arrendamento	17	(21)	(359)	(21)	(359)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		<u>12.315</u>	<u>(538)</u>	<u>12.315</u>	<u>(2.968)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aumento de capital em controlada	11	-	(2.430)	-	-
Adições ao imobilizado	12	(11.427)	(9.260)	(11.427)	(9.260)
Adições ao intangível	14	(3.856)	(1.531)	(3.856)	(1.531)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(15.283)</u>	<u>(13.221)</u>	<u>(15.283)</u>	<u>(10.791)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos	16	37.139	64.510	37.139	64.510
Debêntures	16.1	60.000	-	60.000	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	16	(74.840)	(50.891)	(74.840)	(50.891)
Pagamentos de custos na captação das debêntures	16.1	(2.756)	-	(2.756)	-
Pagamentos de passivos de arrendamento	17	(1.387)	(1.488)	(1.387)	(1.488)
Partes relacionadas (mutuo ativo) - valores cedidos	21	(3.691)	(6.429)	(3.691)	(6.429)
Partes relacionadas (mutuo passivo)- valores pagos e recebidos	21	(5)	5	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>14.460</u>	<u>5.707</u>	<u>14.465</u>	<u>5.702</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u><u>11.492</u></u>	<u><u>(8.052)</u></u>	<u><u>11.497</u></u>	<u><u>(8.057)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa					
Saldo inicial	4	9.912	17.964	9.907	17.964
Saldo final	4	21.404	9.912	21.404	9.907
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u><u>11.492</u></u>	<u><u>(8.052)</u></u>	<u><u>11.497</u></u>	<u><u>(8.057)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Zatix Tecnologia S.A. (“Zatix” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Bonnard, 980, Barueri, São Paulo, tem por objetivo a disponibilização de tecnologia para integração completa de soluções para gerenciamento de risco, gestão de frotas, rastreamento de veículos, telemetria avançada, iscas eletrônicas de carga e câmeras embarcadas, aumentando a eficiência e reduzindo os custos operacionais dos seus clientes.

1.1 Impactos causados pela pandemia do Covid-19

A Companhia monitora os impactos decorrentes da pandemia do Covid-19 e vem tomando medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores e continuidade de suas operações. Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se: (i) adoção da prática de trabalho remoto (home office) para todas suas unidades, bem como implementação da possibilidade de retorno gradual. (ii) suspensão das viagens internacionais e restrição de viagens nacionais.

Destacamos que a Companhia não adotou no período medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações.

A Administração continua a avaliar constantemente o eventual impacto que a pandemia pode causar nas operações e na posição patrimonial e financeira do Grupo, e tomará as medidas necessárias para preservação, mitigação dos riscos e impactos, caso haja uma deterioração dos cenários.

A Administração não espera um aumento significativo nas estimativas de perda da sua carteira de recebíveis, decorrentes dos efeitos da COVID 19 dado as características do seu negócio e perfil dos seus clientes. Adicionalmente, também a Administração também não espera outros impactos significativos em outros ativos financeiros e não financeiros

1.2 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 7.929 (R\$ 5.909 em 31 de dezembro de 2020), e possui insuficiência de capital circulante líquido na controladora de R\$ 17.006 (R\$ 39.083 em 31 de dezembro de 2020) e no consolidado capital circulante líquido positivo de R\$ 7.815 (R\$14.822 de insuficiência em 31 de dezembro de 2020).

A administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira. Essa avaliação é baseada em um plano de negócios que inclui planos de ação para melhoria contínua da performance da Companhia, incluindo: crescimento contínuo das operações, melhoria da gestão de capital de giro.

A melhoria do capital circulante líquido no consolidado em 2021 foi proveniente da emissão de Debêntures (nota explicativa nº 16.1) que possibilitou o alongamento do endividamento.

Adicionalmente de acordo com a avaliação da administração, mesmo com a insuficiência de capital circulante líquido na controladora em 2021, a Administração não vê problema quanto à liquidação das dívidas de curto prazo, uma vez que:

Está previsto para 30 de junho de 2022, a liquidação do passivo relacionado ao ativo mantido para venda de R\$ 25.000, com a dação em pagamento de ações representativas, da totalidade do capital social das controladas da Companhia a BLCKD I Participações S/A e PRMOII Participações Ltda. (nota explicativa nº 22).

Há projeção de fluxos de caixa operacionais no exercício de 2021, substancialmente respaldados pela geração de fluxos de caixas dos contratos firmados com clientes que tem prazo inicial de 24 a 36 meses.

1.3 Eventos significativos

Em 24 de maio de 2021, foi proferida sentença judicial favorável a Companhia contra recurso de apelação da Fazenda Pública Estadual da São Paulo, em um dos processos (no montante de R\$ 36.705 em 31 de dezembro de 2021), que trata sobre a discussão da incidência de ICMS nas operações da Companhia. Com esta decisão, na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia a classificação de risco deste processo foi alterada de possível para remota.

Em 20 de agosto de 2021 a Companhia efetuou a emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única de R\$ 60.000, através de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com prazo de pagamento de cinco anos, com dois anos de carência para início do pagamento do principal. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,0% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros), base 252 dias úteis, acrescida de spread equivalente a 6,00% ao ano.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com as Debêntures serão utilizados integralmente para alongamento do endividamento bancário e pré-pagamento de determinadas dívidas.

Em 23 de setembro de 2021 foi publicada a Lei Complementar 183, que explicita a incidência do ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) sobre o monitoramento e rastreamento de veículos e carga.

O texto incluiu nova situação de incidência do ISS, referente aos "serviços de monitoramento e rastreamento a distância de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento". O objetivo foi pacificar o entendimento da tributação devida sobre esse tipo de serviço. Atualmente, alguns estados entendem que ele é regido pelo ICMS.

A incidência do ISS ocorrerá sobre o serviço realizado "em qualquer via ou local" e por telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio "ou qualquer outro meio", atingindo inclusive empresas de tecnologia da informação veicular. A responsabilidade pelo pagamento será da empresa que prestar o serviço, e o imposto será devido à cidade-sede do prestador do serviço.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 25 de março de 2022.

2.3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir: Estas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.5 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.7 Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, deduzido de provisões para obsolescência, ajustes a valor de mercado, itens danificados ou deteriorados e estoques de baixa movimentação, quando aplicável.

2.8 Ativo não circulante mantido para venda

A Companhia e sua controlada classificam um ativo não circulante como disponível para a venda se o seu valor contábil for recuperado por meio de transação de venda. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros.

Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo disponível para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação, a menos que eventos fora do controle da Companhia e sua controlada alterem esse período. O ativo não circulante mantido para a venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma perda por impairment é reconhecida na demonstração de resultado do exercício.

2.9 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 12, considerando a vida útil-econômica dos bens. Sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperável, bem como, para rastreadores em comodato, a Companhia constitui provisão para desvalorização. A Companhia efetua periodicamente a revisão da vida útil-econômica dos bens e não identificou alterações relevantes.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas, em anos, no ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos
Rastreadores e equipamentos de telemetria em comodato	5 a 7
Equipamentos de informática	3 a 10
Máquinas, equipamentos e ferramentas	5 a 20
Móveis e utensílios	6 a 15
Veículos	5
Benfeitorias em propriedade de terceiros	3 a 5
Outros	5 a 10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.10 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente: ativos intangíveis com vidas úteis definidas adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis gerados internamente: gastos com pesquisa e desenvolvimento. Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, forem verificadas todas as seguintes condições:

A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda.

A intenção de completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.

A habilidade de usar ou vender o ativo intangível.

Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros.

A disponibilidade de adequados recursos técnicos financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo.

A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

2.11 Redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

Quebra de cláusulas contratuais, inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em Outros resultados abrangentes (ORA).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.12 Ágio

A Companhia registra nesse subgrupo o ágio por expectativa de rentabilidade futura. Os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados, até 31 de dezembro de 2008, no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até dez anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados, porém são submetidos ao teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.

2.13 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes: a provisão para o imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. Quando aplicável, o imposto de renda é constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos: o imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetem as bases tributárias.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data das demonstrações financeiras, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.14 Provisão para riscos

As provisões são reconhecidas pela Companhia quando possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, é provável a saída de recursos financeiros para liquidar essa obrigação e o valor pode ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. Considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes, os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado para as causas.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- (a) A Companhia transferiu ao comprador o controle relacionado à propriedade dos produtos.
- (b) A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- (c) O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- (d) É provável que os benefícios econômicos oriundos à transação fluirão para Companhia.
- (e) Os custos incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

A receita de prestação de serviços é reconhecida quando incorrida, desde que seja provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluirão para a Companhia.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa de sua realização.

As receitas da Companhia compreendem: venda de produtos e mercadorias (por exemplo: rastreadores), serviços de monitoramento (auxílio na localização), licenciamento de uso de software, comunicação de dados por satélite, assistência técnica e locação.

2.16 Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

2.17 Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o a Companhia e sua controlada se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

- (i) No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.
- (ii) Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- (iii) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (iv) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- (v) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- (vi) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e sua controlada realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- (i) As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- (ii) Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- (iii) Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- (iv) Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- (v) A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e sua controlada.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A administração considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Administração considera:

- (i) Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- (ii) Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- (iii) O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- (iv) Os termos que limitam o acesso da Companhia e sua controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.18 Operações de arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;

Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui contratos de arrendamentos na perspectiva de arrendatário que estivessem sujeitos ao reconhecimento de ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo copiadoras, empilhadeiras e outros equipamentos. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

2.19 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia, as quais impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos exercícios demonstrados.

Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia são:

- (a) Provisão para perdas esperadas do contas a receber - nota explicativa nº 5.
- (b) Provisão para perdas de estoques – nota explicativa nº 6.
- (c) Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio – nota explicativa nº 14.
- (d) Impostos diferidos – nota explicativa nº 10.
- (e) Provisão para riscos vinculados a processos judiciais – nota explicativa 24.

2.20 Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação

Calculado por meio do resultado do exercício e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício.

2.21 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.22 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida

2.23 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo, para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.24 Normas revisadas com adoção a partir de 01 de janeiro de 2021

A seguir apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2021, que não tiveram impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia e suas controladas:

- **Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25):** As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor
- **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32) :** As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas mas não vigentes

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas:

- Revisão de Pronunciamento técnicos nº 19/ 2021;
- Alterações no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro;
- Alterações no CPC 23 - Definição de estimativas contábeis;
- Alterações no CPC 26 (R1) - Divulgação de políticas contábeis;
- CPC 50 – Contratos de seguro.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades. As informações financeiras da controlada em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as seguintes controladas:

	<u>Controladora</u>	
	31/12/21	31/12/20
Participação direta em controlada:		
BLCKD I Participações S/A. (*)	100%	100%
PRMO II Participações S/A. (*)	100%	100%

(*) Atividade principal – administração de bens imóveis. Veja maiores detalhes na nota explicativa 11.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Caixa e bancos (a)	5.104	1.984	5.104	1.979
Títulos de capitalização (b)	65	192	65	192
Fundos de investimentos	1.965	2.525	1.965	2.525
Certificado de Depósito Bancário - CDB (c)	14.270	5.211	14.270	5.211
Total	21.404	9.912	21.404	9.907

- (a) Os saldos da rubrica “Caixa e bancos” são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil.
- (b) Títulos de capitalização remunerados por taxa referencial básica atrelada à caderneta de poupança.
- (c) As aplicações financeiras são denominadas em reais, correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, com liquidez imediata, cuja taxa de remuneração média é de 99% da variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e seus valores contabilizados não diferem dos valores de mercado.

5 Contas a receber

	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Contas a receber de clientes	23.480	19.778
Contas a receber de partes relacionadas	2.360	2.156
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	(5.727)	(2.611)
Total	20.113	19.323
Ativo circulante	19.203	18.416
Ativo não circulante	910	907

O saldo de contas a receber por período de vencimento está apresentado a seguir:

A vencer	15.374	15.354
Vencidos:		
Até 30 dias	2.628	2.691
Entre 31 e 90 dias	1.776	1.032
Entre 91 e 180 dias	1.472	1.090
Entre 181 a 360	1.591	1.373
Acima de 360 dias	2.999	394
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	(5.727)	(2.611)
Total	20.113	19.323

As contas a receber de clientes são representadas pelos recebíveis das vendas aos nossos clientes e são classificadas como ativos financeiros mensurados a custo amortizado e são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável). As estimativas de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são constituídas com base no modelo apresentado no CPC 48, com base nos percentuais históricos de perda e comportamento da inadimplência da carteira de clientes. Para títulos vencidos acima de 180 dias, os valores são provisionados integralmente, para as demais faixas do aging de títulos vencidos, a Companhia realiza a provisão com base no percentual histórico de perdas dos últimos 12 meses. A perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, para cobrir perdas esperadas na realização das contas a receber.

A movimentação da perda por redução ao valor recuperável de conta a receber de clientes é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	(995)
Adições	(3.345)
Perdas efetivadas	<u>1.729</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(2.611)</u>
Adições	<u>(3.116)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>(5.727)</u>

6 Estoques

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Matéria-prima	4.128	3.833
Produtos em elaboração	1.096	2.511
Produtos acabados	4.539	2.965
Mercadorias para revenda	4.027	2.061
Equipamentos e peças em poder de terceiros	8.663	8.775
Materiais de consumo e importações em andamento	<u>576</u>	<u>1.433</u>
	23.029	21.578
Provisão para perdas nos estoques (*)	<u>(5.596)</u>	<u>(3.126)</u>
Total	<u>17.433</u>	<u>18.452</u>

(*) Corresponde substancialmente à expectativa de perda com itens obsoletos e de giro lento.

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.786)
Constituição de provisão	(2.551)
Baixa de itens do estoque	2.211
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.126)
Constituição de provisão	(2.539)
Reversões de provisão	69
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(5.596)

7 Impostos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (*)	5.136	2.307
Crédito Financeiro Lei da Informática 13.969/2019 (**)	777	-
Imposto sobre Serviços – ISS	404	312
Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Aplicações Financeiras	305	114
INSS a recuperar	142	114
PIS e COFINS a recuperar	37	41
Outros impostos a recuperar	136	435
Total	6.937	3.323

(*) Os créditos de ICMS foram gerados de operações de aquisições de serviços de comunicação por satélite e de transferência para terceiros, em operações de assistência técnica e serão compensados no curto prazo, com débitos decorrentes de vendas no mercado interno.

(**) A Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, alterou o regime de incentivos fiscais implementado pela Lei nº 8.248, 23 de outubro de 1991, usualmente conhecida como “Lei da Informática”. Esta nova legislação para setor de tecnologia da informação e comunicação (TICs), passou a ser denominada Lei de TICs (nota explicativa nº 23.b).

8 Indenizações a receber

Conforme previsto no contrato de compra e venda de cotas das empresas Rodosis Rastreamento de Veículos Ltda. (“Rodosis”) em janeiro de 2008, Control Loc Tecnologia em Rastreamento de Veículos Ltda. (“Control Loc”) em março de 2008, Teletrim Telecom Ltda. (“Teletrim”) em janeiro de 2009 e ControlSat Informática e Serviços Ltda. (“ControlSat”) em agosto de 2009, os ex-sócios controladores dessas empresas assumiram contratualmente que são responsáveis por contingências anteriores à data de compra do controle das empresas. Se essas obrigações legais se consumarem como perda para a Companhia, esses ex-acionistas controladores reembolsarão a Companhia financeiramente.

Em 19 de junho de 2019, com a alteração societária, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., assumiu contratualmente a responsabilidade por contingências registradas em indenizações a receber que eram de responsabilidade dos ex-acionistas.

Atualmente existem saldos a serem indenizados tanto pelo acionista da Companhia como pelos ex-sócios, conforme resumido a seguir:

	Controladora e Consolidado		Controladora	
	31/12/2021		31/12/2020	
	Processos materializados e pagos	Riscos ainda não pagos, mas provisionados no passivo (*)	Total	Total
A receber de ex-sócios	322	-	322	322
A receber do acionista da Companhia	8.538	2.963	11.501	10.607
Total das indenizações a receber	8.860	2.963	11.823	10.929

(*) Do montante de R\$ 2.963, R\$1.326 possuem como contrapartida a conta de impostos e contribuições parcelados (nota explicativa nº 20), enquanto R\$1.637 possuem como contrapartida a conta de provisão para riscos (nota explicativa nº 24).

A movimentação de indenizações a receber é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.490
Reversões de processos a receber do acionista da Companhia	(29)
Atualização monetária a receber do acionista	225
Recebimentos	(757)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.929
Processos a receber do acionista da Companhia	355
Atualização monetária a receber do acionista	539
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.823

Em 31 de dezembro de 2021, o montante das indenizações a receber dos ex-sócios é de R\$322 (R\$322 em 2020). A liquidação dessas contas a receber está condicionada à consumação das perdas financeiras por conta dessas obrigações legais.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante das indenizações a receber do acionista da Companhia é de R\$11.501 (R\$10.607 em 2020). Os saldos poderão ser realizados futuramente por meio do recebimento de caixa ou mediante a compensação no futuro com distribuição dividendos. Do saldo em 31 de dezembro de 2021, R\$8.538 (R\$6.793 em 2020) referem-se a processos em que já houve o desembolso financeiro e R\$2.963 (R\$3.814 em 2020) referem-se a processos em que ainda não houve o pagamento e, conseqüentemente, existe uma correspondente provisão de riscos no passivo.

9 Ativo não circulante mantido para venda

O saldo refere-se a dois terrenos recebidos via aumento de capital nas controladas, localizados no município de Candeias – BA, que serão utilizados para liquidação a obrigação registrada na conta de passivo relacionado ao ativo mantido para venda, no montante de R\$ 25.000 - nota explicativa nº 22.

10 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de prejuízos fiscais, diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões não dedutíveis temporariamente e pelos benefícios fiscais dos ágios incorporados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil.

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Adições temporariamente indedutíveis:		
Provisão para riscos	2.278	4.787
Provisão para perdas de estoques	1.903	1.063
Provisão para perdas de créditos esperadas	1.947	887
Provisões para serviços prestados	72	22
Outras provisões	705	318
Base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal	58.801	58.662
Não reconhecimento de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(3.517)	(5.158)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	62.189	60.581
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos - realização do ágio incorporado	(44.447)	(44.447)
Total	17.742	16.134
Ativo não circulante	18.341	16.134
Passivo não circulante	(599)	-

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social gerados no Brasil, no valor de R\$ 259.316 (R\$ 258.908 em 31 de dezembro de 2020), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo para prescrição.

A Administração da Companhia, após a revisão dos estudos e as projeções para avaliação da geração de resultados positivos futuros prováveis, para a qual os prejuízos fiscais possam ser compensados, identificou a necessidade de ajuste no saldo de impostos diferidos no montante de R\$1.608, possibilitando a compensação futura dos créditos tributários nos próximos cinco anos.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Zatix estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

Anos	
2022	2.187
2023	2.714
2024	3.593
2025	5.905
2026	3.343
	17.742

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios.

Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

b. Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social é como segue

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.674	7.331	7.674	8.069
Alíquota combinada conforme a legislação fiscal vigente - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(2.609)	(2.493)	(2.609)	(2.743)
Não reconhecimento de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(3.517)	(5.158)	(3.517)	(5.646)
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	7.815	5.244	7.815	5.244
Crédito Financeiro Lei da Informática 13.969/2019	(1.635)	-	(1.635)	-
Gastos com pesquisa e desenvolvimento – Lei do Bem	(394)	-	(394)	-
Compensação de prejuízo fiscal	595	985	595	985
Imposto de renda e contribuição social:	255	(1.422)	255	(2.160)
Correntes	(1.353)	(2.772)	(1.353)	(3.510)
Diferidos	1.608	1.350	1.608	1.350
Taxa efetiva	-3%	19%	-3%	27%

11 Investimentos

- (i) Em 25 de setembro de 2019, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., efetuou a cessão de ações da sua controlada BLCKD I Participações S/A para Companhia.
- (ii) Em 3 de outubro 2019, a Companhia efetuou aumento de capital social de R\$ 14.410 na controlada BLCKD I Participações S/A. através de transferência de um terreno.
- (iii) Em 25 de setembro de 2019, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., efetuou a cessão de ações da sua controlada BLCKD I Participações S/A para Companhia.
- (iv) Em 29 de setembro de 2020, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., efetuou a cessão de ações da sua controlada PRMOII Participações S/A, para Companhia e na mesma data, a Companhia efetuou aumento de capital social de R\$ 8.400 na controlada, através de transferência de um terreno.

A composição dos investimentos é como segue:

	31/12/21
Investimentos	<u>23.778</u>
	<u>23.778</u>
	31/12/20
Investimentos	<u>24.261</u>
	<u>24.261</u>

Abaixo seguem as informações das controladas em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Prejuízo líquido do exercício</u>	<u>% Participação</u>
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
BLCKD I Participações S/A.	14.410	67	14.343	(67)	100%
PRMO II Participações S/A.	<u>10.590</u>	<u>1.155</u>	<u>9.435</u>	<u>(416)</u>	<u>100%</u>
Total	<u>25.000</u>	<u>1.222</u>	<u>23.778</u>	<u>(483)</u>	<u>100%</u>

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Lucro líquido do exercício(*)</u>	<u>% Participação</u>
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
BLCKD I Participações S/A.	14.410	-	14.410	-	100%
PRMO II Participações S/A.	<u>10.590</u>	<u>739</u>	<u>9.851</u>	<u>1.451</u>	<u>100%</u>
Total	<u>25.000</u>	<u>739</u>	<u>24.261</u>	<u>1.451</u>	<u>100%</u>

(*) Inclui os valores de ajuste ao valor justo, de ativo não circulante mantido para venda, líquido de efeitos tributários.

12 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação - %	Controladora e Consolidado			
		31/12/21		31/12/20	
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Rastreadores e equipamentos de telemetria em comodato	14 a 20	56.411	(34.281)	22.130	18.944
Terrenos	-	4.718	-	4.718	4.718
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20 a 33,33	4.636	(3.977)	659	249
Veículos	20	612	(96)	516	577
Máquinas e equipamentos	5 a 20	1.703	(1.293)	410	467
Equipamentos de informática	10 a 33,33	12.121	(11.777)	344	960
Móveis e utensílios	6,7 a 14,6	1.359	(1.061)	298	331
Outros	10 a 20	<u>1.209</u>	<u>(1.130)</u>	<u>79</u>	<u>56</u>
Total		<u>82.769</u>	<u>(53.615)</u>	<u>29.154</u>	<u>26.302</u>

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	31/12/20	Adições	Baixas	Depreciações	31/12/21
Rastreadores e equipamentos de telemetria em comodato	18.944	9.021	-	(5.835)	22.130
Terrenos (*)	4.718	-	-	-	4.718
Benfeitorias em propriedade de terceiros	249	699	(188)	(101)	659
Veículos	577	-	-	(61)	516
Máquinas e equipamentos	467	17	-	(74)	410
Equipamentos de informática	960	11	-	(627)	344
Móveis e utensílios	331	52	-	(85)	298
Outros	56	142	(82)	(37)	79
Total	26.302	9.942	(270)	(6.820)	29.154
	31/12/19	Adições	Baixas	Depreciações	31/12/20
Rastreadores e equipamentos de telemetria em comodato	17.965	6.117	-	(5.138)	18.944
Terrenos (*)	-	4.718	-	-	4.718
Benfeitorias em propriedade de terceiros	233	90	-	(74)	249
Veículos	-	589	-	(12)	577
Máquinas e equipamentos	575	19	(1)	(126)	467
Equipamentos de informática	1.236	393	-	(669)	960
Móveis e utensílios	466	5	-	(140)	331
Outros	55	61	-	(60)	56
Total	20.530	11.992	(1)	(6.219)	26.302

(*) Os terrenos adquiridos no decorrer do exercício de 2020, foram cedidos em alienação fiduciária, para garantia de operações de empréstimos e de debêntures (conforme divulgado na nota explicativa nº 16 e nº 16.1)

Teste de redução ao valor recuperável (Impairment)

Em atendimento às exigências do Pronunciamento CPC nº 01 (R1) Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Empresa efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2021 e não identificou indicativos de não recuperabilidade, os quais foram estimados com base nos valores em uso, utilizando os fluxos de caixa descontados.

13 Direitos de uso

	Taxa anual de amortização - %	Custo	Controladora e Consolidado	
			31/12/21 Amortização acumulada	31/12/20 Líquido
Direito de uso de imóveis	16,67 a 33,33	1.593	(495)	1.098
Direito de uso de veículos	25	1.342	(678)	664
Total	-	2.935	(1.173)	2.410

A movimentação dos direitos de uso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

	31/12/20	Remensuração de passivos de arrendamento(*)	Amortizações	31/12/21
Direito de uso de imóveis	1.345	309	(556)	1.098
Direito de uso de veículos	1.065	451	(852)	664
Total	2.410	760	(1.408)	1.762

	31/12/19	Remensuração de passivos de arrendamento(*)	Amortizações	31/12/20
Direito de uso de imóveis	3.089	(804)	(940)	1.345
Direito de uso de veículos	1.617	(4)	(548)	1.065
Total	4.706	(808)	(1.488)	2.410

(*) Refere-se a remensuração de saldos de passivos de arrendamento, para refletir a expectativa dos valores que serão pagos, em decorrência da renovação e rescisão de contratos efetuadas em 2021 e 2020.

14 Intangível

Controladora e Consolidado				
	31/12/2021			31/12/2020
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio na aquisição de controladas (a):				
Control Loc	48.048	(15.225)	32.823	32.823
Rodosis	11.172	(11.172)	-	-
ControlSat	7.946	(7.946)	-	-
Ágio – CISR	73.721	(3.686)	70.035	70.035
	<u>140.887</u>	<u>(38.029)</u>	<u>102.858</u>	<u>102.858</u>
Outros intangíveis:				
Desenvolvimento de produtos e serviços (b)	51.768	(36.208)	15.560	14.649
Softwares (c)	13.911	(13.316)	595	852
	<u>65.679</u>	<u>(49.524)</u>	<u>16.155</u>	<u>15.501</u>
Total	206.566	(87.553)	119.013	118.359

- (a) Os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até dez anos, até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém, são submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável. A Companhia utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das unidades geradoras de caixa determinados pela Administração, com base nos orçamentos utilizando-se de informações disponíveis de desempenhos anteriores. As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria. Como resultado dos testes anuais, nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2021 e 2020. As determinações da recuperabilidade dos ativos são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas serão materiais.
- (b) Compreende gastos com desenvolvimento de produtos e serviços (substancialmente relacionados ao desenvolvimento de novos rastreadores e soluções tecnológicas para gestão de frotas e telemetria). A amortização é calculada pelo método linear, no prazo máximo de sete anos, a partir do início da comercialização dos produtos e/ou serviços.
- (c) Os softwares são amortizados à taxa média anual de 17,65%.

A movimentação dos outros ativos intangíveis é como segue:

	31/12/2020	Adições	Amortização	Baixas	31/12/2021
Desenvolvimento de produtos e serviços	14.649	3.690	(2.774)	(5)	15.560
Softwares	<u>852</u>	<u>166</u>	<u>(392)</u>	<u>(31)</u>	<u>595</u>
Total	<u>15.501</u>	<u>3.856</u>	<u>(3.166)</u>	<u>(36)</u>	<u>16.155</u>
	31/12/2019	Adições	Amortização	Baixas(*)	31/12/2020
Desenvolvimento de produtos e serviços	17.897	1.510	(3.329)	(1.429)	14.649
Softwares	<u>1.460</u>	<u>21</u>	<u>(629)</u>	<u>-</u>	<u>852</u>
Total	<u>19.357</u>	<u>1.531</u>	<u>(3.958)</u>	<u>(1.429)</u>	<u>15.501</u>

(*) Do montante total das baixas de R\$ 1.429, o valor de R\$ 1.404, refere-se à baixa contabilizada em custo de serviços prestados, relativo a venda de software, desenvolvido pela Companhia.

15 Fornecedores

A composição do saldo de fornecedores é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Materiais para estoques	8.360	11.663
Comunicação de dados por satélite	7.583	6.841
Serviços e contas de consumo	4.599	4.930
Telefonia de dados	<u>1.387</u>	<u>1.463</u>
Total	<u>21.929</u>	<u>24.897</u>
Passivo circulante	21.929	23.124
Passivo não circulante	-	1.773

16 Empréstimos e financiamentos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Capital de giro (A)	22.647	61.296
Financiamento de importação (B)	2.866	-
Desconto de duplicatas (C)	-	976
Financiamento a fornecedores (D)	-	507
Financiamento de veículos (E)	<u>318</u>	<u>401</u>
Total	<u>25.831</u>	<u>63.180</u>
Passivo circulante	16.084	23.501
Passivo não circulante	9.747	39.679

Instituição financeira	Referencia	Saldo 31/12/2021	Cronograma de amortização				Taxa de juros	Garantias e reciprocidade
			2022	2023	2024	2025		
Banco do Brasil	A	6.512	6.512	-	-	-	CDI+ 4.4% a.a.	30% de recebíveis de clientes
Itaú Unibanco	A	4.931	1.723	1.871	1.337	-	CDI+ 6% a.a.	Aval do acionista.
Banco Bradesco	A	4.414	1.043	1.146	1.284	941	0,94% a.m.	Aval do acionista
Money Plus	A	3.259	1.785	1.474	-	-	1,013% a.m.	50% de aplicação financeira e aval do acionista
Banco Industrial	A	1.962	503	500	500	459	1,30% a.m.	40% de aplicação financeira e aval do acionista.
FIDC Banco Urbano	A	1.569	1.569	-	-	-	1% a 1,1% a.m.	100% de recebíveis de clientes (“contratos de clientes”).
	A	22.647	13.135	4.991	3.121	1.400		
Banco Bradesco	B	2.866	2.866	-	-	-	0,48% a.m.	Aval do acionista
Banco Itaucard	E	318	83	83	83	69	0,77% a.m.	Alienação do veículo
		25.831	16.084	5.074	3.204	1.469		

Instituição financeira	Referencia	Saldo 31/12/2020	Cronograma de amortização				Taxa de juros	Garantias e reciprocidade
			2021	2022	2023	2024		
Banco Itaú Unibanco	A	12.925	4.601	4.540	3.784	-	CDI + 6% a.a.	36% de recebíveis de clientes , 64% de alienação de imóveis e aval do acionista.
Banco Itaú Unibanco	A	8.101	3.530	1.714	1.714	1.143	0,6967% a 0,93% a.m.	Aval do acionista.
Banco Sofisa	A	10.124	1.975	2.038	2.222	2.407	1,482 1,2% a.m.	40% de recebíveis de clientes, 10% de aplicação financeira e aval do acionista.
Banco CEF	A	7.280	3.030	3.000	1.250	-	CDI+0,35% a.m.	50% de recebíveis de clientes , 30% de aplicação financeira e aval do acionista.
Banco Santander	A	6.020	2.605	3.415	-	-	0,86% a 0,90% a.m.	Alienação de imóvel, R\$160 de título de capitalização e aval do acionista.
Money Plus	A	4.902	1.685	1.603	1.614	-	1,013% a 1,80% a.m.	50% de aplicação financeira e aval do acionista
Banco Bradesco	A	4.388	536	1.051	1.051	1.050	700 0,94%a.m.	Aval do acionista.
Sicredi	A	2.214	614	600	600	400	CDI+0,75% a.m.	67% de aplicação financeira.
FIDC Banco Urbano	A	2.044	2.044	-	-	-	1,0% a 1,30% a.m.	100% de recebíveis de clientes (“contratos de clientes”).
Banco Industrial	A	2.001	43	500	500	500	458 1,30% a.m.	20% de recebíveis de clientes, 20% de aplicação financeira e aval do acionista.
Banco Safra	A	669	669	-	-	-	CDI+0,75%a.m..	40% de recebíveis de clientes e aval do acionista.
Banco Daycoval	A	445	445	-	-	-	1,1988% a.m.	60% de recebíveis de clientes
Nexoos	A	183	157	26	-	-	1,47%a.m.	Aval do acionista
	A	61.296	21.934	18.487	12.735	5.500	2.640	
Banco Daycoval	C	976	976	-	-	-	1,58% a.m.	Aval do acionista
Banco Santander	D	507	507	-	-	-	1,16% a.m.	50% de recebíveis de clientes e 10% de título de capitalização
Banco Itaucard	E	401	84	83	83	83	68	
		63.180	23.501	18.570	12.818	5.583	2.708	

Não há “covenants” financeiros que possibilitem a declaração do vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	49.387
Novas captações	64.510
Pagamentos:	
Principal	(50.891)
Juros	(7.849)
Total dos pagamentos	(58.740)
Juros provisionados e encargos apropriados	8.023
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>63.180</u>
Novas captações	37.139
Pagamentos:	
Principal	(74.840)
Juros	(7.250)
Total dos pagamentos	(82.090)
Juros provisionados e encargos apropriados	7.602
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>25.831</u>

16.1 Debêntures a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o saldo era composto da seguinte forma:

Emissão	Controladora e Consolidado				
	Debêntures	Encargos financeiros	Preço único	31/12/21	31/12/20
Série única	60.000	CDI+6% a.a.	1,00	58.333	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020					-
Emissão de debêntures					60.000
(-) Custos de captação					(2.756)
Juros incorridos					2.690
Prêmio EBITDA provisionado (*)					776
(-) Amortizações de juros					(2.377)
Saldo em 31 de dezembro de 2021					<u>58.333</u>
Passivo circulante					701
Passivo não circulante					57.632

(*) Refere-se a prêmio sobre a variação do EBITDA (consolidado) de 2021 em relação a 2020.

	31/12/2021
(+) EBITDA de 2021	43.175
(-) EBITDA de 2020	38.000
(=) Variação EBITDA	5.175
(x) Prêmio EBITDA – 15%	776

Os vencimentos das parcelas no passivo não circulante estão apresentados abaixo:

Anos	
2023	6.736
2024	19.086
2025	19.086
2026	12.724
	<u>57.632</u>

Em 20 de agosto de 2021 a Companhia efetuou a emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em serie única de R\$ 60.000, através de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com prazo de pagamento de cinco anos, com dois anos de carência para início do pagamento do principal. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,0% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros), base 252 dias úteis, acrescida de spread equivalente a 6,00% ao ano. Adicionalmente à remuneração fixa, será acrescido um prêmio variável baseado nos resultados financeiros da Companhia que demonstrem aumento em seu EBITDA, o qual será calculado anualmente, por (cinco anos). Para fins do cálculo do prêmio, será aplicado o percentual de 15% sobre o aumento do EBITDA de cada ano. O valor máximo do prêmio devido pela Companhia, calculado sobre o total das Debêntures, ficará limitado ao valor de R\$ 3.000.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com as Debêntures serão utilizados integralmente para alongamento do endividamento bancário e pré-pagamento de determinadas dívidas

Para fins de garantias reais, as Debêntures contarão com:

- (i) Cessão fiduciária, de direitos creditórios detidos pela Companhia em virtude da emissão de duplicatas oriundas de transações comerciais realizadas com seus clientes, a qualquer tempo, que representem a 17%, equivalente a R\$ 10.200 do valor nominal das Debêntures (na data da emissão), ou, conforme o caso, do saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures, acrescido da remuneração;
- (ii) Alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia localizados em Candeias-BA.
- (iii) Enquanto a soma do valor de venda forçada dos imóveis objeto de alienação fiduciária e da cessão fiduciária de direitos créditos de clientes for inferior a 50% do valor nominal das debêntures ou, conforme o caso, do saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures, acrescido da remuneração, os direitos creditórios deverão corresponder, no mínimo, a R\$ 10.200.

Na escritura das debêntures há “*covenants*” financeiros que possibilitam a declaração do vencimento antecipado, como segue:

- (iv) Não manutenção pela Companhia, a partir da data de emissão, da relação Dívida Líquida/EBITDA, calculada pela Companhia, com base em suas demonstrações financeiras anuais consolidadas, a partir, inclusive, das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2021, de acordo com a tabela de índices financeiros abaixo:

Exercício Social findo em	Dívida Líquida/EBITDA
31/12/2021	< 2
31/12/2022 e 31/12/2023	< 1,8
31/12/2024 em diante	≤ 1,5

Para os fins da Escritura de Emissão: “**EBITDA**” significa o lucro (consolidado e sem duplicações) antes do imposto de renda, da contribuição social, resultado financeiro, depreciação, e amortização durante cada período; e “**Dívida Líquida**” significa o saldo total dos empréstimos, financiamentos e mútuos registrados no passivo circulante e no não circulante, incluídas, sem limitação, as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, subtraídos do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

Segue abaixo o cálculo dos respectivos “covenants” em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	25.831	63.180
Debêntures a pagar	58.333	-
Passivos de arrendamento	1.762	2.410
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(21.404)</u>	<u>(9.907)</u>
Dívida líquida (A)	<u>64.522</u>	<u>55.683</u>
EBITDA (consolidado)		
(=) Lucro líquido do exercício	7.929	5.909
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social (correntes e diferidos)	(255)	2.160
(+) Resultado financeiro, líquido	24.107	18.266
(+) Depreciações e amortizações	<u>11.394</u>	<u>11.665</u>
EBITDA (B)	<u>43.175</u>	<u>38.000</u>
(=) Dívida Líquida/EBITDA (A/B)	<u>1,49</u>	<u>1,47</u>

- (i) Realização pela Companhia de mútuos de qualquer natureza, na qualidade de mutuante ou mutuária, com partes relacionadas, cujo saldo devedor em aberto, de forma individual ou agregada, seja igual ou superior a R\$5.000.

A Companhia cumpriu no exercício de 2021, todos os “*covenants*” financeiros e “*covenants*” não financeiros que possibilitariam a declaração de vencimento antecipado das Debêntures.

17 Passivos de arrendamento

	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Contratos de alugueis de imóveis	1.098	1.346
Contratos de alugueis de veículos	<u>664</u>	<u>1.064</u>
Total	<u>1.762</u>	<u>2.410</u>
Passivo circulante	1.189	1.098
Passivo não circulante	573	1.312

A movimentação dos arrendamentos a pagar é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.706
Baixas por remensuração	(808)
Pagamentos:	
Principal	(1.488)
Juros	<u>(359)</u>
Total dos pagamentos	(1.847)
Juros provisionados	<u>359</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>2.410</u>
Remensuração por renovação de contratos	739
Pagamentos:	
Principal	(1.387)
Juros	(21)
Total dos pagamentos	(1.408)
Juros provisionados	21
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.762

18 Salários, provisão para férias e encargos

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Provisão para férias e encargos sociais	3.018	3.136
Instituto nacional de seguridade social – INSS	2.841	2.317
Participação nos lucros e resultados	1.868	935
Fundo de garantia do tempo de serviço – FGTS	194	257
Outros	<u>49</u>	<u>89</u>
Total	<u>7.970</u>	<u>6.734</u>

19 Impostos a recolher

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	1.065	759
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	849	312
Imposto sobre serviços – ISS	664	608
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	452	1.207
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	435	130
Programa integração social – PIS	314	164
Outros	<u>334</u>	<u>181</u>
Total	<u>4.113</u>	<u>3.361</u>

20 Impostos e contribuições parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Imposto sobre produtos industrializados – IPI (**)	4.667	1.244	4.667	1.244
Instituto nacional de seguridade social – INSS (**)	3.828	5.135	3.828	5.135
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS (**)	3.380	2.518	3.380	2.518
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS (*)	2.108	2.324	2.108	2.324
Imposto de renda retido na fonte – IRRF (**)	1.556	-	1.556	-
Imposto sobre serviços – ISS	1.402	1.097	1.402	1.097
Programa de integração social – PIS (**)	1.247	494	1.247	494
Imposto de Renda – IRPJ (**)	658	-	1.231	-
Contribuição Social - CSLL (**)	311	177	519	177
Outros	24	41	24	41
Total	19.181	13.030	19.962	13.030
Passivo circulante	4.901	3.710	5.080	3.710
Passivo não circulante	14.280	9.320	14.882	9.320

- (*) Refere-se substancialmente ao parcelamento obtido da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, em 120 meses, relativo a débito da empresa Rodosis Rastreamento de Veículos Ltda., a qual foi incorporada em 2008. O saldo a pagar de R\$ 1.326 (R\$1.645 em 2020) possui como contrapartida a conta de indenizações a receber (nota explicativa nº 8).
- (**) Refere-se à parcelamentos simplificados de impostos federais obtidos junto à Secretaria da Receita Federal, com prazo máximo de pagamento em até 60 meses.

21 Partes relacionadas

a. Saldos e transações com partes relacionadas

	Show Prestadora de Serviços (Acionista)		BLCKD I (Controlada)		PRMOII (Controlada)	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Saldos patrimoniais						
Ativo circulante						
Contas a receber (i)	2.205	1.352	-	-	-	-
	2.205	1.352	-	-	-	-
Ativo não circulante						
Contas a receber (i)	155	804	-	-	-	-
Indenizações a receber (ii)	11.501	10.607	-	-	-	-
Contratos de mútuo (iii)	4.117	-	43	-	374	-
	15.773	11.411	-	-	-	-
Passivo não circulante (iv)	-	-	-	(5)	-	(5)
Total	17.978	12.763	43	(5)	374	(5)

	Show Prestadora de Serviços (Acionista)		BLCKD I (Controlada)		PRMOII (Controlada)	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Resultado						
Receitas						
Receita líquida de vendas de produtos (i)	599	1.099	-	-	-	-
Receita líquida de vendas de serviços(i)	2.783	3.548	-	-	-	-
Atualização monetária sobre indenizações (ii)	534	225				
Juros sobre contratos de mútuo (iii)	834	719	6	-	3	-
	4.750	5.591	6	-	3	-
Custos e despesas						
Custos dos produtos vendidos (i)	(505)	(953)	-	-	-	-
Custos dos serviços prestados(i)	(1.770)	(2.257)	-	-	-	-
	(2.275)	(3.210)	-	-	-	-
Total	2.475	2.381	6	-	3	-

- (i) Saldos representados por vendas de produtos, licença de uso de software, prestação de serviços de assessoria técnica e operacional.
- (ii) Saldos de indenização a receber – conforme descrito na nota explicativa nº 8
- (iii) Saldo a receber representado por contrato de mútuo, sujeitos a juros de 1,64% ao mês, com prazo de vencimento até 31 de dezembro de 2023
- (iv) O saldo a pagar era representado por contrato de mutuo com BLCKD I Participações S/A (controlada).

A movimentação do contrato de mutuo no ativo circulante e não circulante é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	21.346
Valores cedidos	6.429
Valores de ressarcimento de despesas a pagar	2.046
Juros provisionados	719
Redução de capital social, conforme AGE's de 30 de junho e 31 de dezembro	<u>(30.540)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Valores cedidos	3.691
Juros provisionados	843
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.534

b. Remuneração dos administradores

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os honorários dos administradores foram de R\$1.126 e R\$960, respectivamente, os quais foram apropriados ao resultado na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. Não foi pago nenhum valor a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo).

22 Passivo relacionado ao ativo mantido para venda

Em 17 de outubro de 2019, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda. cedeu a Companhia, a obrigação de pagamento do preço de compra das debêntures, no montante de R\$ 28.972, a ser cumprida até 30 de junho de 2022, “por solicitação do ex-acionista”, mediante a dação em pagamento ao Fundo de Investimento Pátria, de ações representativas, da totalidade do capital social das controladas da Companhia a BLCKD I Participações S/A e PRMOII Participações Ltda, cujo patrimônio será composto unicamente, por dois imóveis com valor de avaliação de venda forçada de R\$ 25.000. Em 31 de dezembro de 2021, os dois imóveis (“terrenos”) localizados no município de Candeias – BA, no valor de R\$ 25.000, estão contabilizados na conta de ativo não circulante mantido para venda.

Segue abaixo a movimentação dos imóveis (“terrenos”) registrados nos ativo não circulante mantido para venda, considerando o valor de avaliação de venda forçada.

Saldo em 31 de dezembro de 2019	14.410
Custo de aquisição do terreno 1 – ativo da PRMO II	2.430
Reconhecimento do ajuste ao valor justo – (conforme laudo de avaliação)	5.970
Reconhecimento do ajuste ao valor justo – (conforme laudo de avaliação)	<u>2.190</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>25.000</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	25.000

Neste contexto, a liquidação o passivo relacionado ao ativo de mantido para venda será concluída até 30 de junho de 2022, com a dação em pagamento das controladas da Companhia.

23 Benefícios fiscais

a. ICMS

A Companhia possui, no Estado de Minas Gerais, benefícios que dão direito à isenção e às restituições de impostos, que asseguram o direito ao diferimento do ICMS na importação de máquinas e equipamentos destinados a integrar o ativo imobilizado, na importação de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem destinados à fabricação de seus produtos, na aquisição, por meio de fornecedores localizados no Estado de Minas Gerais, de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, exceto energia elétrica e serviço de comunicação, e na importação de produtos de informática, telecomunicação, eletrônicos e ‘eletroeletrônicos, além de recuperar o ICMS na figura do crédito presumido. Os benefícios fiscais são contabilizados diretamente ao resultado, a título de crédito presumido do ICMS, na rubrica “Deduções de vendas”.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, esses benefícios fiscais geraram créditos de R\$1.184 e R\$599, respectivamente.

b. IPI

A Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, alterou o regime de incentivos implementado pela Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, usualmente conhecida como “Lei de Informática”. Esta nova legislação para o setor de tecnologias da informação e comunicação (TICs), passou a ser denominada Lei de TICs. As alterações definidas nesta nova legislação iniciaram a partir de 1º de abril de 2020, sendo que as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) passaram a ser tributadas integralmente, ou seja, as alíquotas do IPI para os produtos

enquadrados na Lei Federal de Informática deixaram de ser beneficiadas com reduções como permitido pela Lei anterior. Com base nessa nova legislação a partir de 1º de abril de 2020 as empresas beneficiadas pela Lei de TICs poderão usufruir de um crédito financeiro em substituição ao benefício de redução do IPI, presente na legislação anterior. Este crédito financeiro será convertido em créditos federais, obtidos através de um multiplicador sobre o investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) realizados pelas indústrias de bens de informática, que corresponde a 4% do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática, incentivados na forma desta Lei. Esta legislação terá vigência até 31 de dezembro de 2029. O respectivo benefício fiscal é contabilizado no resultado na rubrica de outras (despesas) operacionais, liquidas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o benefício refletido no resultado foi de R\$4.808. Deste montante, R\$4.031 foram compensados com débitos de impostos federais no decorrer de 2021.

Até 31 de março de 2020, conforme previsto na legislação anterior, a redução de 80% na alíquota do IPI relativa aos produtos produzidos (rastreadores e terminais) em Minas Gerais. Para fazer jus à redução do IPI, a Companhia deve investir em atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias da informação, realizadas no País, no mínimo 4% do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização dos produtos contemplados com a redução do imposto, deduzidos dos tributos correspondentes a tal comercialização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o benefício refletido no resultado foi de R\$624.

24 Provisão para riscos e depósitos judiciais

24.1 Provisões contabilizadas

A Administração da Companhia, com base nas posições dos seus assessores jurídicos, registrou provisão para cobrir prováveis perdas com os processos trabalhistas e cíveis em andamento e assuntos classificados como obrigações legais, independentemente do desfecho esperado para as causas. A composição é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Trabalhistas (a)	724	921
Tributários (b)	1.233	201
Obrigações com terceiros (c)	2.692	2.468
Cíveis (d)	3.308	14.345
Total	<u>7.957</u>	<u>17.935</u>

- (a) Referem-se, substancialmente, a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício, bem como a questões trabalhistas e previdenciárias ainda em discussão judicial.
- (b) Referem-se a discussão com a Agência Nacional do Cinema- (ANCINE”), relativa a incidência de contribuição “CONDECINE”, nas atividades da Companhia e exigibilidade suspensa por medida judicial liminar de ação de INSS.
- (c) Referem-se a saldo de provisão de estimativa de honorários advocatícios sobre processos tributários (“sucess fee”), com classificação de risco possível.
- (d) Referem-se, principalmente, a ações movidas por clientes pleiteando danos morais em decorrência da alegação de falhas nos serviços prestados e discussão sobre indenizações a pagar a ex-diretores da Companhia. A redução auferida em 2021, foi oriunda substancialmente de acordo judicial, de processos sobre indenizações a pagar a ex-diretores da Companhia, com desembolso no montante de R\$ 5.852 e levantamento de depósito judicial de R\$ 4.586, efetuado em 2020.

Em 31 de dezembro de 2021, parte das provisões, no valor de R\$1.637, é oriunda das empresas que a Companhia adquiriu no passado e relativa ao período anterior ao acordo de associação dos acionistas. Nesse caso, conforme previsto no contrato de compra e venda dessas empresas e o acordo de associação, os ex-sócios controladores das empresas assumiram contratualmente que são responsáveis por contingências anteriores à data da compra do controle das empresas e do respectivo acordo. As provisões têm como contrapartida a conta do ativo não circulante de indenizações a receber e quando se consumarem serão reembolsadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.

A movimentação das provisões é como segue:

	31/12/2020	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Levantamento de depósito judicial	31/12/2021
Trabalhistas	921	232	39	(468)		724
Tributários	201	962	70	-		1.233
Obrigações com terceiros	2.468	-	224	-	-	2.692
Cíveis (*)	14.345	1.894	538	(8.883)	(4.586)	3.308
Total	17.935	3.088	871	(9.351)	(4.586)	7.957

	31/12/2019	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2020
Tributários	-	176	25		201
Trabalhistas	1.070	127	-	(276)	921
Obrigações com terceiros	2.839	15	(70)	(316)	2.468
Cíveis (**)	5.266	7.607	2.480	(1.008)	14.345
Total	9.175	7.925	2.435	(1.600)	17.935

(*) Em adições, o montante de R\$ 355 referem-se a processos para ressarcimento do acionista, contabilizado em contrapartida a conta de indenizações a receber.

(**) Em adições, o montante de R\$ 7.342 refere-se à reclassificação de saldo, contabilizado originalmente em 2019, na conta de Indenizações a Pagar. Em atualização monetária, o montante de R\$ 2.046 refere-se a valor para ressarcimento do acionista, contabilizado em contrapartida a conta de partes relacionadas.

Contingências com probabilidade de perda possível: A Companhia discute na esfera administrativa e judicial, ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis e entende que para essas não há necessidade de provisão, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os passivos contingentes estão assim representados:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Tributários (*)	91.414	129.384
Trabalhistas	14.685	12.654
Cíveis	3.342	2.528
Total	109.441	144.566

(*) Em 24 de maio de 2021, foi proferida sentença judicial favorável a companhia contra recurso de apelação da Fazenda Pública Estadual da São Paulo, em um dos processos no montante de R\$ 36.705, que trata sobre a discussão da incidência de ICMS nas operações da Companhia. Com esta decisão, na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia a classificação de risco deste processo foi alterada de possível para remota.

24.2 Contingências passivas para as quais não há provisões

Os processos tributários mais relevantes, classificados como probabilidade de perda possível, são descritos a seguir:

a. ICMS sobre prestação de serviços de comunicação

Em 2013, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo emitiu autos de infração fiscal, relativo ao período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$72.214 (já acrescidos de multa e juros) em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 110.622 em 31 de dezembro de 2020).

No entendimento da Secretaria da Fazenda, a Companhia deixou de recolher ICMS sobre a prestação de serviços de comunicação, na modalidade de monitoramento e rastreamento de veículos e cargas com base nas disposições contidas no Convênio ICMS do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ nº 139, de 2006.

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que o respectivo convênio não se aplica à prestação de serviços (licenciamento de uso de software, processamento de dados, monitoramento, locação e assistência técnica) realizados pela Companhia, por não guardar qualquer relação com prestação de serviços de comunicação. Para essas prestações de serviços, a Companhia recolhe ISS de acordo com a lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 2003. Ademais, o Superior Tribunal de Justiça ("STJ"), em sede de recurso repetitivo, já definiu que os provedores de acesso não prestam serviços de telecomunicação, pois se utilizam de tais serviços como insumo para a sua atividade. Este precedente pode ser aplicado de forma análoga às atividades desenvolvidas pela Zatix, uma vez que a Companhia, para a sua atividade, também se vale dos serviços de telecomunicação de terceiros, na condição de usuária.

Em 23 de setembro de 2021 foi publicada a Lei Complementar 183, que explicita a incidência do ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) sobre o monitoramento e rastreamento de veículos e carga.

O texto incluiu nova situação de incidência do ISS, referente aos "serviços de monitoramento e rastreamento a distância de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento". O objetivo foi pacificar o entendimento da tributação devida sobre esse tipo de serviço. Atualmente, alguns estados entendem que ele é regido pelo ICMS.

A incidência do ISS ocorrerá sobre o serviço realizado "em qualquer via ou local" e por telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio "ou qualquer outro meio", atingindo inclusive empresas de tecnologia da informação veicular. A responsabilidade pelo pagamento será da empresa que prestar o serviço, e o imposto será devido à cidade-sede do prestador do serviço.

b. IRPJ e CSLL

Em 22 de dezembro de 2015, a Secretaria da Receita Federal emitiu auto de infração fiscal relativo ao período de 2009 a 2013, no montante de R\$12.516 (acrescidos de multa e juros) e também glosou prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$165.399. No entendimento da Secretaria da Receita Federal: (i) na reorganização societária que ocorreu entre 2007 a 2009, a Companhia se utilizou de pessoas jurídicas interpostas para investirem na requerente, apenas com o propósito de gerar economia tributária decorrente da amortização fiscal dos ágios reconhecidos por essas supostas “empresas veículos”. Por esse motivo glosou as despesas dos ágios gerados pela Telematics, CISR, CEG, Mobisat e Zatix Participações; e (ii) Glosou despesas de amortização do ágio reconhecido na aquisição direta da empresa Controlloc, sob alegação de que a Companhia teria cometido erro no cálculo do ágio gerado na transação. De acordo com o entendimento da fiscalização, o patrimônio líquido negativo da empresa Controlloc deveria ter sido descontado do valor do ágio apurado na transação.

Em 13 de junho de 2018, no julgamento realizado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) ocorreu decisão favorável a Companhia, para o item (i) do auto de infração. Companhia aguarda a intimação da Secretaria da Receita Federal para eventual Recurso Especial para o item (ii).

Em 18 de junho de 2020, a Companhia foi intimada, porém não recorreu da parcela desfavorável (item ii). O cancelamento dos Autos de Infração, referentes aos ágios glosados com base na alegação de "empresa-veículo", é definitivo. Remanesceu apenas o valor referente ao ágio apurado sobre PL negativo - que não resultou em saldo a pagar, pois os valores foram compensados com prejuízos fiscais e bases negativas de CSL.

24.3 Depósitos judiciais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia mantém depósitos judiciais conforme abaixo:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	31/12/21	31/12/20
Trabalhistas	28	37
Tributários	346	346
Cíveis (a)	924	5.498
Total	<u>1.298</u>	<u>5.881</u>

- (a) Em processos cíveis – a Companhia efetuou o levantamento de depósito judicial no decorrer de 2021, no montante de R\$ 4.586, para pagamento de processo de indenizações a pagar à ex-diretores da Companhia.

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social é de R\$ 185.104, representado por 52.515.927 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e pertencente aos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações
Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda.	52.515.927

Segue abaixo movimentação do capital social em 2021 e 2020

Saldo em 31 de dezembro de 2019	215.644
Redução de capital com saldo de parte relacionada em 30 de junho e 31 de dezembro	<u>(30.540)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>185.104</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	185.104

b. Reserva legal

Calculada à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, ajustado nos termos da Lei Societária, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual de, no mínimo, 10% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia.

De acordo com a Lei da S/A, o lucro líquido auferido no exercício, foi integralmente absorvido pelos prejuízos acumulados da Companhia.

26 Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básicos por ação:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado básico por ação:		
Numerador:		
Lucro do exercício	7.929	5.909
Denominador (em milhares de reais):		
Média ponderada de número de ações ordinárias – em milhares	52.516	63.708
Resultado básico/diluído por ação – em reais	0,151	0,089

27 Receita líquida de vendas e serviços

	Controladora e Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Receita Bruta		
Vendas de produtos e mercadorias	56.250	48.271
Licença de uso de software	121.089	100.497
Serviços de assistência técnica	19.394	13.557
Comunicação e processamento de dados	18.184	23.344
Monitoramento (auxílio na localização)	4.435	6.268
Locações	43	268
	<u>219.395</u>	<u>192.205</u>
Deduções de vendas		
Impostos sobre vendas de produtos e mercadorias	(18.034)	(16.112)
Impostos sobre vendas de serviços	(13.006)	(12.440)
Devoluções de vendas	(4.041)	(2.930)
	<u>(35.081)</u>	<u>(31.482)</u>
Receita líquida de vendas de produtos e serviços	<u>184.314</u>	<u>160.723</u>

28 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custos dos produtos e serviços vendidos				
Custos dos produtos vendidos	(29.857)	(26.908)	(29.857)	(26.908)
Telefonia de dados e comunicação por satélite	(31.650)	(28.096)	(31.650)	(28.096)
Salários, provisões, encargos e benefícios	(16.547)	(17.981)	(16.547)	(17.981)
Data center, telemetria e licença de uso	(11.311)	(9.790)	(11.311)	(9.790)
Depreciações e amortizações	(9.568)	(9.673)	(9.568)	(9.673)
Custos com assistência técnica	(7.964)	(6.053)	(7.964)	(6.053)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	-	(1.404)	-	(1.404)
Viagens e deslocamentos	(1.748)	(1.392)	(1.748)	(1.392)
Honorários e gratificações a Administradores	(395)	-	(395)	-
Outras	(1.387)	(676)	(1.387)	(676)
Total	<u>(110.427)</u>	<u>(101.973)</u>	<u>(110.427)</u>	<u>(101.973)</u>
Despesas gerais e administrativas				
Salários, provisões, encargos e benefícios	(9.936)	(8.182)	(9.936)	(8.182)
Consultoria em tecnologia da informação	(2.013)	(1.620)	(2.013)	(1.620)
Honorários advocatícios e de auditoria	(1.433)	(758)	(1.433)	(758)
Depreciações e amortizações	(1.821)	(1.988)	(1.821)	(1.988)
Despesas com imóveis alugados	(1.356)	(807)	(1.356)	(807)
Assessorias técnicas, financeira e contábil	(1.300)	(1.289)	(1.300)	(1.289)
Honorários e gratificações a Administradores	(731)	(960)	(731)	(960)
Manutenção e licenciamento de software	(567)	(424)	(567)	(424)
Materiais e serviços de consumo	(49)	(49)	(49)	(49)
Outras	(1.936)	(1.815)	(2.213)	(1.815)
Total	<u>(21.142)</u>	<u>(17.892)</u>	<u>(21.419)</u>	<u>(17.892)</u>
Despesas com vendas				
Salários, provisões, encargos e benefícios	(8.018)	(7.477)	(8.018)	(7.477)
Comissões de vendas	(6.033)	(4.971)	(6.033)	(4.971)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Viagens e deslocamentos	(762)	(520)	(762)	(520)
Propaganda e publicidade	(551)	(718)	(551)	(718)
Perda com créditos de clientes	(52)	(171)	(52)	(171)
Telefonia fixa, celular e internet	(31)	(37)	(31)	(37)
Depreciações e amortizações	(4)	(4)	(4)	(4)
Outras	(132)	(271)	(132)	(271)
Total	(15.583)	(14.169)	(15.583)	(14.169)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				
Ajuste a valor justo – nota explicativa - nº 22	-	5.970	-	8.160
Crédito Financeiro Lei da Informática 13.969/2019 – nota explicativa - nº 23b	4.808	-	4.808	-
Provisão para riscos	(2.733)	(583)	(2.733)	(583)
Provisão para obsolescência de estoques	(2.470)	(2.551)	(2.470)	(2.551)
Perdas de estoques	(1.025)	(1.496)	(1.025)	(1.496)
Despesas e impostos com sucateamento de estoques	(880)	(1.025)	(880)	(1.025)
Manutenção de ativo imobilizado	-	(784)	-	(784)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	(277)	(26)	(277)	(26)
Outras	589	1.387	589	1.386
Total	(1.988)	892	(1.988)	3.081

29 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras:				
Juros sobre contratos com partes relacionadas	843	719	834	719
Juros sobre contratos de clientes	591	717	591	717
Atualização monetária sobre indenizações a receber	539	225	539	225
Rendimentos sobre aplicações financeiras	411	317	411	317
Juros ativos	349	335	349	335
Variações cambiais sobre fornecedores	281	309	281	309
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	36	30	36	30
Juros sobre crédito tributário do PIS e da COFINS	-	6	-	6
Demais receitas financeiras	16	7	16	7
Total	3.066	2.665	3.057	2.665
Despesas Financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(7.602)	(8.023)	(7.602)	(8.023)
Juros sobre impostos e contribuições	(6.062)	(2.654)	(6.245)	(2.654)
Juros sobre debêntures	(2.690)	-	(2.690)	-
Prêmios e comissões sobre operações financeiras	(1.950)	(550)	(1.950)	(550)
Juros passivos	(1.873)	(2.349)	(1.873)	(2.349)
Juros antecipações de recebíveis de clientes	(1.609)	(1.094)	(1.609)	(1.094)
Despesas bancárias	(1.477)	(2.424)	(1.477)	(2.424)
Atualização monetária sobre provisão para riscos	(871)	(389)	(871)	(389)
Variações cambiais sobre fornecedores	(371)	(519)	(371)	(519)
Atualização monetária sobre fornecedores	(49)	(99)	(49)	(99)
Juros sobre passivos de arrendamento	(21)	(359)	(21)	(359)
Demais despesas financeiras	(2.392)	(2.471)	(2.406)	(2.471)
Total	(26.967)	(20.931)	(27.164)	(20.931)
Resultado financeiro	(23.901)	(18.266)	(24.107)	(18.266)

30 Obrigações e compromissos

Os principais compromissos assumidos pela Companhia são:

- a. Telefonia - contratos de prestação de serviços de telefonia e comunicação de dados por satélite da Companhia, os quais consistem no recebimento de transmissão e na entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos. Os contratos possuem prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os custos relacionados a esses contratos foram de R\$31.650 e R\$28.096, respectivamente, os quais foram apropriados ao resultado, na rubrica “Custo dos produtos vendidos e serviços prestados”. Com base nos contratos vigentes, a Administração entende que gastos futuros com telefonia serão consistentes com os gastos incorridos no exercício de 2021.
- b. Fianças bancárias - com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias contratadas, usadas como garantia de contratos de aluguéis totalizam R\$132 em 31 de dezembro de 2021 (R\$15 em 2020).
- c. Seguro garantia – contratado para garantia em processo judicial tributário, R\$5.950 em 31 de dezembro de 2021. (R\$ 4.772 em 2020).

31 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias e reduzir a exposição aos riscos de mercado, à moeda e taxa de juros. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Os principais instrumentos financeiros referem-se a caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando a natureza dos saldos, as condições e os vencimentos em curto prazo, os valores contabilizados aproximam-se dos de mercado. Os valores contábeis já estão divulgados nas demais notas explicativas referentes a esses instrumentos financeiros.

Abaixo apresentamos os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020:

Controladora

	Classificação por categoria	Valor contábil		Valor Justo	
		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	4.751	1.984	4.751	1.984
	Valor justo por meio				
Aplicação financeira	do resultado	16.653	7.928	16.653	7.928
Contas a receber	Custo amortizado	20.113	19.323	20.113	19.323
Indenizações a receber	Custo amortizado	11.823	10.929	11.823	10.929
Partes relacionadas	Custo amortizado	4.534	-	4.534	-
	Valor justo por meio				
Depósitos judiciais	do resultado	1.298	5.881	1.298	5.881
Outras contas a receber	Custo amortizado	2.315	3.630	2.315	3.630
Total dos ativos financeiros		61.487	49.675	61.487	49.675

	Classificação por categoria	Valor contábil		Valor Justo	
		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
		Passivos Financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	21.929	24.897	21.929	24.897
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	25.831	63.180	25.831	63.180
Debêntures a pagar	Custo amortizado	58.333	-	58.333	-
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	5	-	5
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	1.762	2.410	1.762	2.410
Total dos passivos financeiros		107.855	90.492	107.855	90.492

Consolidado

	Classificação por categoria	Valor contábil		Valor Justo	
		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
		Ativos Financeiros			
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	4.751	1.979	4.751	1.979
Aplicação financeira	Valor justo por meio do resultado	16.653	7.928	16.653	7.928
Contas a receber	Custo amortizado	20.113	19.323	20.113	19.323
Indenizações a receber	Custo amortizado	11.823	10.929	11.823	10.929
Partes relacionadas	Custo amortizado	4.534	-	4.534	-
Ativo não circulante mantido para venda	Valor justo por meio do resultado	25.000	25.000	25.000	25.000
Depósitos judiciais	Valor justo por meio do resultado	1.298	5.881	1.298	5.881
Outras contas a receber	Custo amortizado	2.315	3.630	2.315	3.630
Total dos ativos financeiros		86.487	74.670	86.487	74.670

	Classificação por categoria	Valor contábil		Valor Justo	
		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
		Passivos Financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	21.929	24.837	21.929	24.837
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	25.831	63.180	25.831	63.180
Debêntures a pagar	Custo amortizado	58.333	-	58.333	-
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	1.762	2.410	1.762	2.410
Total dos passivos financeiros		107.855	90.427	107.855	90.427

Análise de sensibilidade

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão relacionados à variação do CDI para operações de empréstimos e debêntures. Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas às quais a Companhia está exposta na data base 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da CDI vigente em 31 de dezembro de 2021, foi definido o cenário provável para o ano 2022, sendo calculadas variações de 25% a 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração o fluxo de caixa de vencimentos programados. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 11,63% para o ano 2022, respectivamente, e esse definido como cenário provável, sendo calculadas variações de 25% e 50%.

Operação	Risco	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Aumento do CDI	11,63%	14,54%	17,45%
Valor dos empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar		84.164	84.164	84.164
Despesa financeira estimada		9.788	12.237	14.687

Gerenciamento de riscos - os principais riscos que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos devido aos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para manutenção do seu cronograma de compromissos. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021				
Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar	27.254	21.927	67.738	116.919
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2020	29.220	22.852	23.510	75.582
Empréstimos e financiamentos				

Como os valores inclusos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar.

- (a) **Risco de crédito:** a base de clientes da Companhia é bastante diversificada. A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitarem no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.
- (b) **Risco de taxas de juros e inflação:** o risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada a CDI, que podem afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.
- (c) **Gestão de capital:** o objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha “rating” de crédito e relação de capital adequados, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Consolidado

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	25.831	63.180
Debêntures a pagar	58.333	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(21.404)</u>	<u>(9.907)</u>
 Dívida líquida (A)	 <u>62.760</u>	 <u>53.273</u>
 Patrimônio líquido (B)	 103.669	 95.740
(=) Índice de endividamento (A/B)	<u>65,2%</u>	<u>55,6%</u>

- (a) **Risco cambial:** Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui exposição aos riscos de câmbio para fornecedores estrangeiros. O valor da exposição cambial passiva é de R\$2.866.

32 Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância Segurada
Responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores.	50.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubos e alagamentos e inundação).	13.800
Lucros cessantes	6.900
Riscos financeiros na modalidade judicial para execução fiscal	5.950

33 Itens que não afetam o caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Ajuste a valor justo	-	5.970	-	8.160
Aumento de capital em controlada com imóveis	-	2.430	-	2.430
Aquisição de imobilizado – não pagos	-	2.732	-	2.732
Redução de capital com saldo de mutuo com parte relacionada	-	(30.540)	-	(30.540)
	-	(19.408)	-	(17.218)

34 Eventos Subsequentes

Foi deliberado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária, de 10 de fevereiro de 2022, a alteração da razão social da companhia para Omnilink Tecnologia S.A.

* * *

Eduardo Leite Cruz Lacet
Presidente

Cristiane Akiko Momoi
Vice Presidente

Alexandre Ferreira da Silva
Diretor Financeiro – CRC 1SP 181.366/O-9